

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 31 de março de
2026**

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	11
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	16
8	PARTES RELACIONADAS	18
9	OUTRAS CONTAS A RECEBER	21
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	22
11	INTANGÍVEL	22
12	ATIVOS DE CONTRATO	23
13	FORNECEDORES	23
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
15	DEBÊNTURES	27
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	29
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	31
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	32
19	OUTRAS CONTAS A PAGAR	33
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
21	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	35
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38
23	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	39
24	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	40
25	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	40
26	RESULTADO FINANCEIRO	41
27	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	42
28	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	45
29	COMPROMISSOS FUTUROS	46
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	46



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações contábeis intermediárias e o relatório do auditor


A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Comentário do desempenho.

Nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias não abrange o Comentário do desempenho e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Comentário do desempenho e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na revisão ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Comentário do desempenho, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Fortaleza, 13 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.382.948	807.202
Aplicações financeiras	5	1.695.082	1.923.169
Contas a receber de clientes	6	2.153.670	2.272.072
Almoxarifado		40.771	28.545
Serviços pedidos		187.078	200.192
Subvenção CCC		110.773	117.440
Depósitos judiciais	17	-	5.497
Impostos e contribuições a recuperar		150.653	146.243
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		199.009	145.076
Outras contas a receber	9	717.430	647.714
Total do ativo circulante		6.637.414	6.293.150
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	23.806	23.185
Contas a receber de clientes	6	210.573	217.165
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		334.434	349.930
Serviços pedidos		38.033	38.033
Impostos e contribuições a recuperar		464.354	440.688
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		51.560	61.251
Depósitos judiciais	17	145.459	138.481
Benefício pós-emprego		12.574	12.193
Outras contas a receber	9	3.348	4.364
Ativo financeiro da concessão	10	9.281.886	8.877.170
Investimentos		5.145	5.565
Intangível	11	1.424.407	1.422.477
Ativos de contrato	12	1.184.798	913.973
Direito de uso		10.714	11.934
Total do ativo não circulante		13.191.091	12.516.409
Total do ativo		19.828.505	18.809.559

Passivo	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	13	998.793	1.111.437
Fornecedores - risco sacado	13.1	192.178	202.487
Empréstimos e financiamentos	14	360.931	353.380
Debêntures	15	88.408	135.770
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	192.709	155.691
Instrumentos financeiros derivativos	27	921	91
Passivo de arrendamento		5.660	5.288
Impostos e contribuições a recolher		247.827	245.569
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		28.723	5.792
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		27.548	26.064
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	102.445	100.644
Contribuição de iluminação pública		62.775	60.632
Encargos setoriais		76.533	79.548
Participação nos lucros		51.111	44.768
Provisões para riscos judiciais	17	10.615	10.063
Dividendos a pagar	8	299.251	299.251
Benefício pós-emprego		1.741	1.708
Outras contas a pagar	19	484.050	491.482
Total do passivo circulante		3.232.219	3.329.665
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.882.795	1.968.891
Debêntures	15	6.611.216	5.738.109
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	985.041	1.014.917
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	50.724	116.036
Passivo de arrendamento		7.164	8.845
Impostos e contribuições a recolher		131.602	134.474
Encargos setoriais		103.254	91.218
Instrumentos financeiros derivativos	27	98.633	116.329
Provisões para riscos judiciais	17	140.463	140.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	854.259	810.503
Benefício pós-emprego		80.520	79.512
Outras contas a pagar	19	87.035	81.071
Total do passivo não circulante		11.032.706	10.300.849
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.633.752	1.633.607
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.488)	(6.164)
Reserva de capital		37.659	37.215
Reserva de reavaliação	20.2	16.165	18.088
Reservas de lucros		3.496.154	3.496.299
Lucros acumulados		386.338	-
Total do patrimônio líquido		5.563.580	5.179.045
Total do passivo e patrimônio líquido		19.828.505	18.809.559

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida	22	3.013.408	2.694.964
Energia elétrica comprada para revenda	24	(1.046.016)	(937.322)
Custo de construção		(786.701)	(719.799)
Custo da operação		(240.653)	(214.855)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(2.073.370)	(1.871.976)
Lucro bruto		940.038	822.988
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	(67.262)	(57.186)
Despesas gerais e administrativas	23	(102.653)	(48.594)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	(78.416)	(53.297)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(58.264)	(30.211)
Total de despesas operacionais		(306.595)	(189.288)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		633.443	633.700
Receitas financeiras	26	310.629	265.761
Despesas financeiras	26	(486.518)	(413.008)
Resultado financeiro, líquido		(175.889)	(147.247)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		457.554	486.453
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(29.217)	(28.144)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(43.922)	(65.165)
Impostos sobre o lucro		(73.139)	(93.309)
Lucro líquido do período		384.415	393.144
Resultado por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária	20.3	0,17402	0,17797
Ação preferencial nominal - A	20.3	0,17399	0,17813
Ação preferencial nominal - B	20.3	0,17413	0,17788
Ação preferencial nominal - C	20.3	0,17399	0,17818
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		2.209.074	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)



	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período		384.415	393.144
Outros resultados abrangentes			
Resultados abrangentes (<i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego)		(490)	5.123
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	16.2	166	(1.742)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Realização da reserva de reavaliação	20.2	1.923	2.153
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos		1.599	5.534
Total resultados abrangentes		386.014	398.678

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)



Notas	Reservas de lucros									
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	26.676	(31.766)	326.866	1.903.361	11.230	1.093.583	-	4.988.501
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	-	268	-	-	-	-	-	-	-	268
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	-	319	-	-	-	-	-	-	-	319
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(2.153)	-	-	-	-	-	2.153	-
Dividendos adicionais de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	5.123	-	-	-	-	-	5.123
Resultados de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	(1.742)	-	-	-	-	-	(1.742)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	393.144	393.144
Saldos em 31 de março de 2025	1.624.459	34.679	24.523	(28.385)	326.866	1.903.361	11.230	1.093.583	395.297	5.385.613
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.633.607	37.215	18.088	(6.164)	326.866	2.257.860	911.573	-	-	5.179.045
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	21.1	-	77	-	-	-	-	-	-	77
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	21.3	-	367	-	-	-	-	-	-	367
Aumento de capital	20.1	145	-	-	(145)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	20.2	-	-	(1.923)	-	-	-	-	1.923	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	(490)	-	-	-	-	-	(490)
Resultados de <i>hedge accounting</i>	27.4	-	-	166	-	-	-	-	-	166
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	384.415	384.415
Saldos em 31 de março de 2026	1.633.752	37.659	16.165	(6.488)	326.721	2.257.860	911.573	-	386.338	5.563.580

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



	31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	384.415	393.144
Ajustes para:		
Amortização	167.489	111.879
Baixa de intangível e ativo financeiro	14.982	3.141
Atualização do ativo financeiro	(178.242)	(151.954)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a v	295.480	106.622
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	78.416	53.297
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	134	470
Baixa de recebíveis incobráveis	7.719	6.175
Provisão e atualização de processos judiciais	13.996	8.293
Provisão e atualização de encargos setoriais	20.489	18.345
Provisão (reversão) para perdas de estoques	(3.243)	9.278
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	(17.356)	122.390
Valor justo das opções de compra	5.359	1.480
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	(63.652)	(6.875)
Rendimentos de aplicações financeiras	(61.607)	(92.158)
Imposto de renda e contribuição social correntes	29.217	28.144
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	43.922	65.165
Participação nos lucros	6.372	8.132
Plano de aposentadoria e pensão	660	594
Encargos com geração distribuída	-	(123)
Ajuste a valor presente	5.941	4.790
Subtotal	750.491	690.229
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	38.038	91.053
Serviços pedidos	15.628	(13.138)
Depósitos judiciais	(1.481)	18.148
Subvenção CCC	6.667	8.534
Almoxarifado	(12.226)	(2.465)
Impostos e contribuições a recuperar	(28.076)	40.691
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(44.242)	8.244
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	15.496	-
Outros créditos a receber	(68.751)	(35.519)
Fornecedores	(129.289)	(205.254)
Fornecedores risco sacado	(10.309)	(15.644)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(30.131)	(15.778)
Impostos e contribuições a recolher	(614)	(130.984)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	28.919	23.520
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	141	1.457
Contribuição de iluminação pública	2.143	(3.443)
Participação nos lucros	(29)	(26.241)
Encargos setoriais	(13.982)	(10.589)
Pagamento de processos judiciais	(13.925)	(8.844)
Plano de aposentadoria e pensão	-	-
Outras contas a pagar	(6.383)	(23.580)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(252.406)	(299.832)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35.205)	(25.040)
Juros recebidos de aplicações financeiras	42.909	92.158
Juros pagos	(241.145)	(111.055)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	264.644	346.460
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(717.800)	(656.894)
Adições de obrigações especiais	106.660	74.842
Resgates financeiras	245.434	6.528
Rendimento de aplicações financeiras	730	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(364.976)	(575.524)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(87.639)	(84.034)
Amortização de debêntures	-	(722.127)
Captação de debêntures	771.908	-
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(6.863)	(6.863)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.328)	(1.305)
Dividendos pagos	-	(53)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	676.078	(814.382)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	575.746	(1.043.446)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	807.202	1.318.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.382.948	274.728
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	575.746	(1.043.446)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	3.086.446	2.696.322
Receitas de construção	786.701	719.799
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(78.416)	(53.297)
Outras receitas	-	11
Subtotal	3.794.731	3.362.835
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.832.717)	(1.657.121)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(145.863)	(140.896)
Subvenção CCC	(31.571)	(35.115)
Outras despesas	(67.272)	(22.456)
Subtotal	(2.077.423)	(1.855.588)
Valor adicionado bruto	1.717.308	1.507.247
Amortização	(167.489)	(111.879)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	1.549.819	1.395.368
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	318.312	272.686
Valor adicionado total a distribuir	1.868.131	1.668.054
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	39.661	30.405
Benefícios	11.293	9.229
FGTS	3.612	3.032
Subtotal	54.566	42.666
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	486.202	405.121
Estaduais	454.062	411.831
Municipais	340	334
Subtotal	940.604	817.286
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	428.941	346.109
Aluguéis	2.028	1.950
Encargos com partes relacionadas	1.628	1.664
Outros despesas financeiras	55.949	65.235
Subtotal	488.546	414.958
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	384.415	393.144
Subtotal	384.415	393.144
Valor adicionado	1.868.131	1.668.054

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.829 km², atendendo, em 31 de março de 2026, 3.103.140^(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

^(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Pará em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação jurídica.

Em 06 de abril de 2026, foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU), Despacho do Ministério de Minas e Energia (MME) com deferimento da prorrogação do contrato da Equatorial Pará, com convocação formal da concessionária para assinatura do aditivo em até 60 dias.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, 23 usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998.

Os prazos previstos deste contrato eram, em sua maioria, de 5 anos, prorrogáveis por mais 12 meses. Entretanto, dado os prazos de interconexão ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas Aneel Nº 9.536/2020 e 10.986/2021, foi permitido, via despacho Aneel Nº 3.641/2020, aditamento do contrato por mais 2 anos.

O processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de objeto da licitação e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrou em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de março de 2026, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas informações contábeis intermediárias da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de

itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026 e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 1 e CBPS 2.

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria. O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	26.603	46.452
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	1.356.345	760.750
Subtotal de equivalentes de caixa	1.356.345	760.750
Total	1.382.948	807.202

(a) Vide item (a) da nota de nº 5 Aplicações financeiras.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no período findo em 31 de março de 2026, equivale a 101,29% do CDI (100,15% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento (a)	773.811	1.025.638
Cotas de fundos de investimento FIDC	91.079	88.514
Fundo aberto	789.986	764.706
Recursos vinculados	40.206	44.311
Total circulante	1.695.082	1.923.169
Não circulante		
Recursos vinculados	23.806	23.185
Total	1.718.888	1.946.354

(a) A movimentação se dá por uma realocação entre fundos de investimento e Certificados de Depósito Bancário – CDB onde pode-se observar o crescimento do investimento intensificado por ingressos de recursos provenientes de dívidas.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 31 de março de 2026 equivale a 102,34% do CDI (101,65% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	31/03/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	174.624	257.614	784.731	1.216.969	257.475	284.659	762.919	1.305.053
Industrial	66.847	8.176	29.937	104.960	73.042	7.716	29.197	109.955
Comercial	110.925	33.614	94.444	238.983	130.052	39.099	93.619	262.770
Rural	23.344	35.365	255.569	314.278	26.819	39.035	241.614	307.468
Poder público	76.257	29.619	37.820	143.696	77.133	26.155	32.144	135.432
Iluminação pública	6.574	2.537	7.412	16.523	4.506	1.812	7.716	14.034
Serviço público	19.521	22.802	122.472	164.795	23.778	32.034	94.955	150.767
Contas a receber de consumidores faturados	478.092	389.727	1.332.385	2.200.204	592.805	430.510	1.262.164	2.285.479
Residencial	286.974	25.611	380.152	692.737	289.282	24.670	388.034	701.986
Industrial	9.776	1.060	13.424	24.260	9.692	847	13.507	24.046
Comercial	26.094	2.253	39.112	67.459	25.352	2.139	40.557	68.048
Rural	28.003	3.086	30.763	61.852	27.570	2.838	30.967	61.375
Poder público	64.439	2.010	7.567	74.016	68.782	2.284	7.318	78.384
Iluminação pública	14.972	273	513	15.758	13.960	133	534	14.627
Serviço público	68.435	13.657	54.416	136.508	82.206	13.501	41.876	137.583
Parcelamentos (a)	498.693	47.950	525.947	1.072.590	516.844	46.412	522.793	1.086.049
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	248.586	-	-	248.586	266.514	-	-	266.514
Baixa renda (c)	136.013	-	-	136.013	114.057	-	-	114.057
Outras (d)	137.937	-	-	137.937	134.658	-	-	134.658
Subtotal	1.499.321	437.677	1.858.332	3.795.330	1.624.878	476.922	1.784.957	3.886.757
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(157.550)	(83.144)	(1.190.393)	(1.431.087)	(160.885)	(85.254)	(1.151.381)	(1.397.520)
Total contas a receber clientes	1.341.771	354.533	667.939	2.364.243	1.463.993	391.668	633.576	2.489.237
Circulante				2.153.670				2.272.072
Não circulante				210.573				217.165

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 8.198 em 31 de março de 2026 (R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 738, conforme nota explicativa nº 26 – Resultado Financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões /Reversões (a)	Baixas	31/03/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(799.942)	(53.227)	23.740	(829.429)
Parcelamentos	(541.828)	(23.069)	19.179	(545.718)
Contas a receber de consumidores não faturados	(10.074)	677	-	(9.397)
Outras (b)	(45.676)	(2.880)	2.013	(46.543)
Total	(1.397.520)	(78.499)	44.932	(1.431.087)

- (a) A movimentação líquida do período, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 78.499, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 78.365 e R\$ 134, respectivamente, conforme notas explicativas nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado Financeiro; e
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	31/03/2026
Parcela A						
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	6.277	28.805	12.133	1.470	-	48.685
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	9.016	(3.301)	(3.780)	166	-	2.101
Rede básica	64.649	15.885	(10.345)	2.045	-	72.234
Compra de energia CVA (c)	138.099	91.027	(11.034)	5.876	-	223.968
ESS – Encargos do serviço do sistema	(5.977)	5.099	(4.442)	(229)	-	(5.549)
Subtotal	212.064	137.515	(17.468)	9.328	-	341.439
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(692)	(85.886)	(2.057)	522	-	(88.113)
Neutralidade	(47.440)	4.209	5.865	(1.186)	-	(38.552)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(221.984)	(11.910)	3.646	(6.665)	-	(236.913)
Risco hidrológico	(137.608)	-	(157)	2.393	-	(135.372)
Compensação créditos PIS/COFINS	472	-	(187)	-	-	285
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(5.190)	-	1.946	(102)	-	(3.346)
Outros (e)	(16.302)	7.492	16.502	(148)	(141)	7.403
Subtotal	(428.744)	(86.095)	25.558	(5.186)	(141)	(494.608)
Total	(216.680)	51.420	8.090	4.142	(141)	(153.169)
Circulante						
Valores a devolver	(100.644)					(102.445)
Efeito líquido passivo	(100.644)					(102.445)
Não circulante						
Valores a devolver	(116.036)					(50.724)
Efeito líquido passivo	(116.036)					(50.724)
Efeito líquido total	(216.680)					(153.169)

- (a) A conta de CDE foi impactada no período principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$28.805;
- (b) A conta de PROINFA foi impactada no período principalmente pelos custos com a quota mensal, de acordo com a REH nº 3.558 de 09 de dezembro de 2025 ser menor que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, gerando uma constituição negativa de R\$ 3.301;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 78.247; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 32.097; e (iii) o efeito positivo de R\$ 44.877 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de fevereiro e março não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 91.027;
- (d) A constituição passiva (negativa) de R\$ 85.886 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio superior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras; e
- (e) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pelos saldos financeiros de Garantia Financeira, CUSD, além de encargos financeiros relacionados.

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IGPM deduzindo do Fator X. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes do Despacho ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

No período findo em 31 de março de 2026 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 6.882 (R\$ 237.697 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 4.054 (R\$ 171.340 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 2.828 (R\$ 66.158 em 31 de dezembro de 2025) recebido via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025
	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	207	625	217	597
Total		207	625	217	597
Outras contas a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.879	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	911	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	57	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	-	-	3	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2.927	-	204	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	-	-	1.221	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	2	-	2
Total		7.717	2	1.485	2
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	7.316	3.929	6.378	2.773
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.872	-	703	1.850
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.492	-	977	1.691
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	2.194	1.667	818	2.223
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	989	939	228	756
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	7.205	5.634	3.155	6.745
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	21
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	19
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	29
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	85
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	22
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	24
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	39
Total		22.068	12.169	12.259	16.277
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(241)	-	(281)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(154)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(2.753)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(g)	(317)	-	(1.786)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(g)	-	-	(52)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(3.762)	-	(233)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(h)	(2.776)	(2.941)	(1.511)	(546)
Equatorial Serviços S.A.	(i)	(7.659)	(7.659)	(13.852)	(12.401)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(j)	-	-	-	(21)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial	(k)	(1.628)	-	(231)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(439)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(391)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(573)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(1.023)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(476)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(591)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(6.610)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	(2)	-	-	-
Total		(19.292)	(10.600)	(17.946)	(23.071)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	31/03/2026		31/12/2025	31/03/2025
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar – bens materiais					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(22.413)	(20.524)	(13.044)	(11.293)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.579)	-	(962)	(1.891)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.204)	-	(881)	(1.679)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	(410)	(372)	(139)	(659)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	(2.559)	(1.760)	(748)	(1.775)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(5.342)	(4.877)	(2.098)	(4.946)
Instituto Equatorial	(e)	-	(1.413)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(18)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(371)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(5)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	-	-	-	(5.620)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(n)	-	-	-	(1.060)
Total		(35.507)	(28.946)	(17.872)	(29.330)
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(o)	(139.049)	(1.349)	(138.663)	(2.349)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	(p)	(666.374)	(13.953)	(652.421)	(13.319)
Total		(805.423)	(15.302)	(791.084)	(15.668)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(q)	(286.846)	-	(286.846)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)		(2.942)	-	(2.942)	-
Outros (minoritários)		(9.463)	-	(9.463)	-
Total		(299.251)	-	(299.251)	-
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(r)	5	(5)	5	(5)
Total		5	(5)	5	(5)

- (a) Valores provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) Os valores entre *intercompany* são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador;
- (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 42.051 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (e) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período;
- (f) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (g) Os valores referentes às transações *intercompany* são provenientes de compra de bens materiais;
- (h) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (i) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;

- (j) Os valores são provenientes da compra de material para custeio;
- (k) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a março de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (n) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (o) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no valor de R\$ 139.049. O valor original da transação na data da compra, em 1º de dezembro de 2014, desses créditos era de R\$ 84.396;
- (p) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. As obrigações, no entanto, só se encerram com seu cumprimento integral. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. AXIA Energia, é detentora de créditos homologados originalmente no valor de R\$ 423.463. Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial. O saldo a pagar em 31 de março de 2026 é de R\$ 666.374 (R\$ 652.421 em 31 de dezembro de 2025);
- (q) Valor refere-se, principalmente, à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025. Em 29 de abril de 2026 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 297.252, oriundos de dividendos mínimos obrigatórios, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.5 – Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025; e
- (r) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, e prorrogado conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 27.045, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R\$ 32.400, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2025).

Os Diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós-emprego das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração fixa anual	1.366	1.848
Salário ou Pró-labore	1.233	1.702
Benefícios diretos e indiretos	133	146
Remuneração variável	-	2.523
Benefícios pós emprego	79	34
Remuneração baseada em ações	1.466	678
Valor total da remuneração por órgão	2.911	5.083

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança da controladora indireta, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Outras contas a receber

9.1 Composição dos saldos

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	179.457	99.807
Subvenção descontos tarifários (b)	280.416	331.884
Uso mútuo de poste	3.680	3.925
(-) PECLD	(4.732)	(4.788)
Partes relacionadas	29.785	13.744
Reinvestimento SUDAM	178.909	156.421
Outras contas a receber	49.915	46.721
Total circulante	717.430	647.714
Não circulante		
Outras contas a receber	3.348	4.364
Total não circulante	3.348	4.364
Total de outras contas a receber	720.778	652.078

- (a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos; e
- (b) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	31/03/2026
Ativo financeiro	13.280.965	312.988	418.697	(6.090)	14.006.560
Obrigações especiais	(4.403.795)	(134.746)	(186.133)	-	(4.724.674)
Total ativo financeiro da concessão	8.877.170	178.242	232.564	(6.090)	9.281.886

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

31/03/2026					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	5,45%	8.066.274	(5.892.347)	(749.520)	1.424.407
Total		8.066.274	(5.892.347)	(749.520)	1.424.407

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	31/03/2026
Em serviço	8.069.381	-	(87.994)	84.887	8.066.274
(-) Amortização	(5.724.261)	(247.188)	79.102	-	(5.892.347)
Total em serviço	2.345.120	(247.188)	(8.892)	84.887	2.173.927
Obrigações especiais em serviço	(2.643.985)	-	-	91.765	(2.552.220)
(-) Amortização	1.721.342	81.358	-	-	1.802.700
Total em obrigações especiais	(922.643)	81.358	-	91.765	(749.520)
Total	1.422.477	(165.830)	(8.892)	176.652	1.424.407

A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		31/03/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	2.975.204	786.701	(84.887)	(418.697)	3.258.321
Obrigações especiais	(2.061.231)	(106.660)	(91.765)	186.133	(2.073.523)
Total	913.973	680.041	(176.652)	(232.564)	1.184.798

- (a) O montante de R\$ 680.041 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 611.140 impactou o caixa da Companhia, R\$ 3.243 refere-se a provisão para perda de estoques, conforme nota explicativa nº 25 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 16.645 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 31.615 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 17.398 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/ CPC 20(R1) - Custos de empréstimos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	329.873	517.478
Encargos de uso da rede elétrica	119.561	121.426
Materiais e serviços	530.067	454.587
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	19.292	17.946
Total fornecedores	998.793	1.111.437

- (a) O saldo em 31 de março de 2026 apresentou uma redução de R\$ 187.605 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 82.384 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) redução de R\$ 105.221 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 50 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2025).

13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de março de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 192.178 (R\$ 202.487 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade ele recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 234.425 em 31 de março de 2026 (R\$ 276.748 em 31 de março de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos em 31 de março de 2026 é de 57 (54 dias em 31 de dezembro de 2025).

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,09% a.a.	4.854	261.880	266.734
Total moeda estrangeira		4.854	261.880	266.734
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00% a.a.	7.644	6.965	14.609
IPCA	de 4,11% a.a. até 4,81% a.a.	348.962	1.618.925	1.967.887
Subtotal		356.606	1.625.890	1.982.496
(-) Custo de transação		(529)	(4.975)	(5.504)
Total moeda nacional		356.077	1.620.915	1.976.992
Total		360.931	1.882.795	2.243.726

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	de 1,09% a.a.	977	278.695	279.672
Total moeda estrangeira		977	278.695	279.672
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00% a.a.	7.654	8.862	16.516
IPCA	de 4,11% a.a. até 4,81% a.a.	345.278	1.686.441	2.031.719
Subtotal		352.932	1.695.303	2.048.235
(-) Custo de transação		(529)	(5.107)	(5.636)
Total moeda nacional		352.403	1.690.196	2.042.599
Total		353.380	1.968.891	2.322.271

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	352.403	1.690.196	977	278.695	2.322.271
Encargos (a)	20.700	-	3.877	-	24.577
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo	3.812	18.226	-	(16.815)	5.223
Transferências	87.507	(87.507)	-	-	-
Amortizações de principal	(87.639)	-	-	-	(87.639)
Pagamentos de juros	(20.838)	-	-	-	(20.838)
Custo de transação (b)	132	-	-	-	132
Saldos em 31 de março de 2026	356.077	1.620.915	4.854	261.880	2.243.726

- (a) O montante de R\$ 24.577 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 7.179 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 17.398 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº11 – Ativos de contrato; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	360.931	16%
2027	525.009	23%
2028	184.801	8%
2029	100.252	4%
2030	100.252	4%
De 2031 a 2040	977.456	45%
Subtotal	1.887.770	84%
(-) Custo de transação (não circulante)	(4.975)	0%
Não circulante	1.882.795	84%
Total	2.243.726	100%

14.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of America
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	1,8

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao BNDES sujeitos ao cumprimento de covenants financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

15 Debêntures

15.1 Composição dos saldos

	Custo da dívida (% a.a.)	31/03/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,79% até 0,95%	100.135	6.728.087	6.828.222
Subtotal		100.135	6.728.087	6.828.222
(-) Custo de transação		(11.727)	(116.871)	(128.598)
Total moeda nacional		88.408	6.611.216	6.699.624
Total		88.408	6.611.216	6.699.624

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,03% até 0,95%.	147.301	5.830.016	5.977.317
Subtotal		147.301	5.830.016	5.977.317
(-) Custo de transação		(11.531)	(91.907)	(103.438)
Total moeda nacional		135.770	5.738.109	5.873.879
Total		135.770	5.738.109	5.873.879

15.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	135.770	5.738.109	5.873.879
Ingressos	-	800.000	800.000
Encargos	167.677	-	167.677
Transferências	(3.127)	3.127	-
Pagamento de juros	(214.844)	-	(214.844)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	98.072	98.072
Custo de transação (a)	2.932	(28.092)	(25.160)
Saldos em 31 de março de 2026	88.408	6.611.216	6.699.624

(a) Refere-se movimentação de custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	88.408	1%
2028	333.333	5%
2029	633.333	9%
2030	633.334	9%
De 2031 a 2037	5.128.087	77%
Subtotal	6.728.087	100%
(-) Custo de transação (não circulante)	(116.871)	-1%
Não circulante	6.611.216	99%
Total	6.699.624	100%

15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	59.931	59.908
PECLD	489.470	477.998
Receita – CPC 47 / IFRS 15	1.985	2.028
Variação <i>swap</i>	33.849	39.584
Marcação a mercado – Valor Justo	5.904	-
Outras despesas não dedutíveis	6.632	6.633
Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16	717	747
Provisão para participação nos lucros	13.352	11.781
Provisão para pagamento baseado em ações	17.313	15.841
Provisão atuarial	20.953	20.640
Provisão para perda de estoque	20.311	21.414
Subtotal	670.417	656.574
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(177.056)	(180.347)
Instrumentos financeiros	(517.642)	(511.497)
Atualização do ativo financeiro VNR	(756.676)	(696.074)
Variação cambial	(16.345)	(10.628)
Marcação a mercado – Valor Justo	-	(8.564)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(5.827)	(6.818)
Ajuste a valor presente	(51.130)	(53.149)
Total	(1.524.676)	(1.467.077)
Total tributos diferidos	(854.259)	(810.503)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/03/2026				
		Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para riscos judiciais	59.908	23	-	59.931	59.931	-
PECLD	477.998	11.472	-	489.470	489.470	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/IFRS 09	(511.497)	(6.145)	-	(517.642)	-	(517.642)
Ajuste a valor presente	(53.149)	2.019	-	(51.130)	-	(51.130)
Valor novo de reposição - VNR	(696.074)	(60.602)	-	(756.676)	-	(756.676)
Receitas/Custos- CPC 47/IFRS15	2.028	(43)	-	1.985	1.985	-
Arrendamentos - IFRS 16/CPC 06	747	(30)	-	717	717	-
Depreciação acelerada	(180.347)	3.291	-	(177.056)	-	(177.056)
Variação <i>swap</i>	39.584	(5.901)	166	33.849	33.849	-
Marcação a valor justo	(8.564)	14.468	-	5.904	5.904	-
Variação Cambial	(10.628)	(5.717)	-	(16.345)	-	(16.345)
Provisão para participação nos lucros	11.781	1.571	-	13.352	13.352	-
Provisão para pagamento baseado em ações	15.841	1.472	-	17.313	17.313	-
Provisão atuariais	20.640	313	-	20.953	20.953	-
Provisão para perda de estoque	21.414	(1.103)	-	20.311	20.311	-
Outras despesas não dedutíveis	6.633	(1)	-	6.632	6.632	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(6.818)	991	-	(5.827)	-	(5.827)
Total	(810.503)	(43.922)	166	(854.259)	670.417	(1.524.676)

16.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	31/03/2026		31/03/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	457.554	457.554	486.453	486.453
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(114.389)	(41.180)	(121.613)	(43.781)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras (adições) exclusões permanentes	(770)	58	(310)	94
Incentivo PAT	1.182	-	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	4	-	3	-
IRPJ Subvenção Governamental	81.956	-	71.799	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	499	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(32.017)	(41.122)	(49.622)	(43.687)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	7%	9%	10%	9%
Imposto Corrente	(500)	(28.717)	(2.583)	(25.561)
Imposto Diferido	(31.517)	(12.405)	(47.039)	(18.126)

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	92.071	102.450	92.635	98.786
Fiscais	25.866	25.668	25.862	25.684
Trabalhistas	33.141	17.341	32.510	19.508
Total	151.078	145.459	151.007	143.978
Circulante	10.615	-	10.063	5.497
Não circulante	140.463	145.459	140.944	138.481

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.298 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025		31/03/2026			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	92.635	8.659	(11.098)	(1.689)	3.564	92.071
Fiscais	25.862	-	-	-	4	25.866
Trabalhistas	32.510	2.734	(2.827)	(696)	1.420	33.141
Total contingências	151.007	11.393	(13.925)	(2.385)	4.988	151.078

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

No período findo em 31 de março de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Cíveis	557.039	529.213
Fiscais	17.766	21
Trabalhistas	106.666	105.172
Total	681.471	634.406

18 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante		
Outras concessionárias	6.558	5.695
Credores financeiros (a)	34.502	27.821
Partes relacionadas	151.649	122.175
Total circulante	192.709	155.691
Não circulante		
Outras concessionárias	81.747	83.854
Credores financeiros (a)	293.953	308.158
Partes relacionadas	767.916	786.683
(-) Ajuste a valor presente (b)	(158.575)	(163.778)
Total não circulante	985.041	1.014.917
Total	1.177.750	1.170.608

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de março de 2026, o saldo é composto por: R\$ 31.577 de empréstimos e financiamentos, R\$ 12.856 de outras concessionárias e R\$ 114.142 de partes relacionadas (R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.234 de outras concessionárias e R\$ 117.774 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025).

18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	31/03/2026	
	Valor	%
Circulante	192.709	16%
2027	32.713	3%
2028	91.603	8%
2029	56.652	5%
2030	56.652	5%
De 3031 Até 2034	905.996	76%
Subtotal	1.143.616	97%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(158.575)	-13%
Não circulante	985.041	84%
Total	1.177.750	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2025	Juros e encargos	Varição monetária	Amortização	Juros pagos	AVP (a)	Saldo em 31/03/2026
Outras concessionárias	76.315	1.248	-	-	(2.493)	379	75.449
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	791.084	11.439	232	(283)	(680)	3.631	805.423
Credores financeiros	303.209	1.581	(405)	(6.580)	(2.120)	1.193	296.878
Total	1.170.608	14.268	(173)	(6.863)	(5.293)	5.203	1.177.750

(c) Vide item (c) da nota de nº26 Resultado Financeiro.

19 Outras contas a pagar

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante		
Devoluções a consumidores (a)	32.511	33.107
Convênios de arrecadação	171.161	167.537
Encargos tarifários	11.429	11.210
Créditos de geração distribuída (b)	112.969	119.604
Cauções	77.702	71.213
Neutralidade PIS/COFINS	-	22.480
Partes relacionadas - nota explicativa nº8	35.507	17.872
Outras contas a pagar	42.771	48.459
Total circulante	484.050	491.482
Parcelamento - ANEEL	53.005	51.257
Phantom – liquidação caixa	20.441	15.527
Outras contas a pagar (c)	13.589	14.287
Total não circulante	87.035	81.071
Totais outras contas a pagar	571.085	572.553

(a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;

(b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 24 - Energia elétrica comprada para revenda; e

(c) Refere-se, principalmente, a reclassificação de parcelamento REFIS.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 1.633.752 (R\$ 1.633.607 em 31 de dezembro de 2025) representado por 2.209.074.007 ações, escriturais e sem valor nominal, e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2025), e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total (a)	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 31 de março de 2026.

O aumento de capital de R\$ 145, foi realizado sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, nos termos do § 1º do artigo 169 da Lei das S.A, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

20.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2025	Quota de reavaliação	Amortização	31/03/2026
Reserva de reavaliação	20.506	(2.914)	-	17.592
Encargo tributário	(2.418)	-	991	(1.427)
Total	18.088	(2.914)	991	16.165

20.3 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

	31/03/2026				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Lucro líquido do período	383.640	377	189	209	384.415
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,17402	0,17399	0,17413	0,17399	0,17402

	31/03/2025				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
Numerador					
Lucro líquido do período	392.351	386	193	214	393.144
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,17797	0,17813	0,17788	0,17818	0,17797

21 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

21.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de período	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	547.000	-	793.100	-
Encerrados ao fim do período/exercício	(27.000)	-	(246.100)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	105.000	22,12	132.000	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	15.000	22,64	15.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	400.000	25,73	400.000	25,73
Total existentes ao fim do exercício	520.000	-	547.000	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de março de 2026 era de 4,12 anos (4,14 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período/ exercício encerrado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período/ exercício findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	31/03/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	11,98	12,00
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)		
Volatilidade esperada (%)	31,49	31,45
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,78	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,12	4,14
Média ponderada do preço das ações (R\$)	31,22	30,93
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026, de R\$ 77 (de R\$ 268 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

21.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 31 de março de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	581.706	38,41	633.423	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	289.965	-	333.284	-
Cancelamento/transferência (a)	(25.000)	-	(265.001)	-
Pagamentos	-	-	(120.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	846.671	38,41	581.706	38,41

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 31 de março de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 4.915 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 893 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

21.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	195.707	31,65	111.340	31,12
Outorgadas durante o período/ exercício	-	-	94.975	32,22
Cancelamentos durante o período/ exercício	-	-	(10.608)	-
Existentes ao fim do período/ exercício 1º Plano	100.732	31,12	100.732	31,12
Existentes ao fim do período/ exercício 2º Plano	94.975	32,22	94.975	32,22
Existentes ao fim do período/ exercício	195.707	31,65	195.707	31,65

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 367 (R\$ 319 em 31 de março de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	31/03/2026	31/03/2025
Receita de distribuição (a)	2.021.504	1.863.242
Remuneração financeira WACC	223.697	227.095
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	59.510	15.501
Subvenção CDE – Outros	237.160	205.720
Fornecimento de energia elétrica	2.541.871	2.311.558
Suprimento de energia elétrica (c)	66.292	20.101
Receita pela disponibilidade – uso da rede (d)	212.193	149.041
Receita de construção	786.701	719.799
Atualização do ativo financeiro	178.242	151.954
Outras receitas	87.848	63.668
Receita operacional bruta	3.873.147	3.416.121
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(454.062)	(411.831)
PIS e COFINS	(179.963)	(149.629)
Encargos do consumidor	(22.911)	(20.854)
ISS	(340)	(334)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (e)	(192.163)	(124.853)
Penalidades DIF/FIC e outras	(10.300)	(13.656)
Deduções da receita operacional	(859.739)	(721.157)
Receita operacional líquida	3.013.408	2.694.964

- (a) O mercado fio B da Equatorial PA apresentou crescimento de 7,1% no 1T26, quando comparado ao mesmo período de 2025. O volume passou de 2.552 GWh para 2.733 GWh, totalizando um incremento de 181 GWh no trimestre;
- (b) A variação positiva de R\$ 44.009, entre os trimestres dos ativos e passivos regulatórios, deve-se principalmente por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no período atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 30.252 quando comparado com o período anterior; (ii) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 14.185; (iii) efeito positivo em CVA da Bandeira Faturada em R\$ 591; e (iv) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.018;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter vendido energia no Mercado de Curto Prazo no período 31 de março de 2026, ao preço médio PLD de R\$ 624,30/MWh maior do que no exercício anterior de 2025 ao preço médio PLD de R\$ 68,92/MWh;
- (d) No período findo em 31 de março de 2026 a Companhia havia registrado um incremento de 529 clientes Livres representando aumento de 34,9% no número de consumidores Livres comparado ao mesmo período do ano anterior, elevando assim a Receita de uso da Rede Consumidor Livre; e
- (e) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 59,731 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 7.579 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

23 Custos do serviço e despesas operacionais

	31/03/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(20.615)	(10.603)	(33.692)	-	(64.910)
Material	(4.818)	(4.101)	(800)	-	(9.719)
Serviços de terceiros	(55.171)	(53.152)	(16.101)	-	(124.424)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.046.016)	-	-	-	(1.046.016)
Custo de construção	(786.701)	-	-	-	(786.701)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(78.365)	(78.365)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(9.008)	-	(9.008)
Amortização	(127.972)	-	(39.517)	-	(167.489)
Subvenção CCC	(31.571)	-	-	-	(31.571)
Outros	(506)	594	(3.535)	(51)	(3.498)
Total	(2.073.370)	(67.262)	(102.653)	(78.416)	(2.321.701)

	31/03/2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(21.298)	(10.098)	(20.822)	-	(52.218)
Material	(6.357)	(2.278)	(387)	-	(9.022)
Serviços de terceiros	(59.803)	(45.395)	(13.277)	-	(118.475)
Energia elétrica comprada para revenda nº 24 (a)	(937.322)	-	-	-	(937.322)
Custo de construção	(719.799)	-	-	-	(719.799)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(53.211)	(53.211)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(4.893)	-	(4.893)
Amortização	(104.920)	-	(6.959)	-	(111.879)
Subvenção CCC	(22.456)	-	-	-	(22.456)
Outros	(21)	585	(2.256)	(86)	(1.778)
Total	(1.871.976)	(57.186)	(48.594)	(53.297)	(2.031.053)

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda; e
- (b) O aumento nas despesas com relação ao período anterior se deu principalmente nas despesas com: (i) pessoal, relacionada aos Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo homologados pela Companhia entre períodos e pelo aumento de processos com responsabilidade subsidiária; e (ii) amortização, refletindo o efeito Programa Especial SIGFI, que resultou na segregação das baterias como unidades de cadastro independentes, por apresentarem vida útil menor e maior taxa de depreciação, elevando essa despesa.

24 Energia elétrica comprada para revenda

	31/03/2026		31/03/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.355	(485.685)	2.573	(539.988)
Contratos Eletronuclear	46	(18.626)	79	(26.071)
Contratos cotas de garantias (b)	243	(109.221)	297	(63.776)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva	-	(73.620)	-	(62.032)
Energia bilateral	56	(24.003)	56	(25.755)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(192.665)	-	(49.111)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	42	(24.799)	41	(28.100)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	112.832	-	95.067
Geração Distribuída (e)	-	6.636	-	(16.214)
Subtotal	2.742	(809.151)	3.046	(715.980)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	-	(236.865)	-	(221.342)
Total	2.742	(1.046.016)	3.046	(937.322)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), com preço médio do período em R\$ 206,23/MWh em relação a 31 de março de 2025 de R\$209,86/MWh e redução de volume contratado em 8,47%;
- (b) A variação refere-se aos custos com contratos de CCGF – Contrato de Cotas de Garantia Física no ambiente regulado e os valores associados aos custos com Efeito do Risco Hidrológico que representaram um aumento expressivo no período de R\$ 45.445 devido as condições hidrológicas desfavoráveis;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação negativa de R\$ 143.554 no período findo em 31 de março de 2026 em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao período findo em 31 de março de 2025;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela Companhia (regime caixa);
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e
- (f) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2025, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não revisado.

25 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	11
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	3.243	-
Outras receitas operacionais	185	83
Total de outras receitas operacionais	3.428	94
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(46.471)	(8.287)
Indenização por danos a terceiros	(533)	(453)
Provisão para perda de estoque (a)	-	(9.278)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(7.719)	(6.175)
Outras despesas operacionais	(6.969)	(6.112)
Total de outras despesas operacionais	(61.692)	(30.305)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(58.264)	(30.211)

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do exercício. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda. O aumento das perdas de desativação da Companhia decorre do crescimento de 73% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres. Esse movimento resultou em um aumento de 63% na quantidade de ativos desativados, o que elevou, de forma significativa, os custos associados à desativação no período; e
- (c) No período findo em 31 de março de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 52.796 e R\$ 45.077 (sendo R\$ 44.932 do contas a receber de clientes conforme nota explicativa nº 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e R\$ 145 de outros contas a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de 7.719).

26 Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	101.345	92.158
Atualização de valores a receber da parcela A e itens financeiros	18.333	8.504
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	132.869	11.287
Acréscimo moratório de energia vendida	38.961	36.388
Receita financeira de AVP (c)	342	4.632
PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.683)	(6.925)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	19.876	107.844
Outras receitas financeiras	6.586	11.873
Total de receitas financeiras	310.629	265.761
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(191.680)	(138.455)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(115.512)	(133.677)
Atualização de valores a devolver de parcela A e itens financeiros	(14.191)	(17.130)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	(122.998)	(75.224)
Despesa financeira de AVP (c)	(6.283)	(9.422)
Atualização de contingências	(4.988)	(3.400)
Descontos concedidos	(18.557)	(15.878)
Encargos com partes relacionadas	(379)	(415)
PECLD sobre juros de mora de contas a receber	(134)	(470)
Despesa com aval	-	(5.620)
Outras despesas financeiras	(11.796)	(13.317)
Total de despesas financeiras	(486.518)	(413.008)
Resultado financeiro líquido	(175.889)	(147.247)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento do CDI, que passou de 2,99% no acumulado até 31 de março de 2025 para 3,41% no mesmo período de 2026;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da marcação a mercado das operações de *swap*, contabilizadas a valor justo, e também devido a redução do saldo das dívidas em moeda estrangeira, na comparação com o mesmo período do ano anterior;
- (c) Valor refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido negativo de R\$ 5.941, composto de R\$ R\$ 738 e de R\$ 5.203, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 18.3 - Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial; e
- (d) No acumulado até 31 de março de 2026, a variação é explicada principalmente pela menor exposição a dívidas em moeda estrangeira, que passou a representar 2,6% do total da dívida, em comparação a 18,3% em 31 de março de 2025. Adicionalmente, o saldo contempla a marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps*, contabilizados pelo método de *hedge* a valor justo.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

27.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorrerem as mudanças. Para período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, e em relação ao período findo em 31 de março de 2025, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.718.888	1.718.888	1.946.354	1.946.354
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.364.243	2.364.243	2.489.237	2.489.237
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	3	Custo amortizado	334.434	334.434	349.930	349.930
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	9.281.886	9.281.886	8.877.170	8.877.170
Total do ativo			13.699.451	13.699.451	13.662.691	13.662.691

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	998.793	998.793	1.111.437	1.111.437
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	192.178	192.178	202.487	202.487
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.243.726	2.245.333	2.322.271	2.324.998
Debêntures	-	Custo amortizado	2.984.784	2.985.998	3.116.176	3.138.473
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	3.714.840	3.714.840	2.757.703	2.757.703
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.177.750	1.177.750	1.170.608	1.170.608
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	12.824	12.824	14.133	14.133
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	99.554	99.554	116.420	116.420
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	153.169	153.169	216.680	216.680
Total do passivo			11.577.618	11.580.439	11.027.915	11.052.939

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
 Período findo em 31 de março de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)



27.4 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo		
									31/03/2026	31/12/2025	
Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	50.000	300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	(50.627)	(26.053)	
BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(21.604)	(43.575)	
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	1.300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(33.099)	(46.792)	
Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	800.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	5.776	-	
Total				3.875.000					(99.554)	(116.420)	
									Passivo circulante	(921)	(91)
									Passivo não circulante	(98.633)	(116.329)
									Efeito líquido total	(99.554)	(116.420)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
		31/03/2026		31/12/2025			
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000	(99.554)	3.075.000	(116.420)	(490)	5.123

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

28.1 Transações não envolvendo caixa

O IAS 7/ CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível	176.652
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	232.564
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	16.645
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	31.615
Total de atividades de investimento	457.476
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	17.398
Hedge accounting de fluxo de caixa	490
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	19
Total de atividades de financiamento	17.907
Total	475.383

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de caixa	Pagamento de juros	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (a)	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos	2.322.271	(87.639)	(20.838)	-	-	29.932	2.243.726
Debêntures	5.873.879	771.908	(214.715)	-	-	268.552	6.699.624
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	1.170.608	(6.863)	(5.293)	-	-	19.298	1.177.750
Passivos de arrendamento	14.133	(1.328)	(299)	19	-	299	12.824
Dividendos a pagar	299.251	-	-	-	-	-	299.251
Instrumentos financeiros derivativos	116.420	-	-	-	490	(17.356)	99.554
Totais	9.796.562	676.078	(241.145)	19	490	300.725	10.532.729

- (a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2026 a 2037	2.166.525	3.580.291	3.651.122	40.314.305
Energia contratada (MWh)	2026 a 2037	9.173.362	12.918.212	12.716.967	117.916.129

^(*) estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(**)
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2026 à 2028	426.438	40.430	22.015	215.430
Sistemas isolados (MWh)	2026 à 2028	189.074	51.406	25.543	257.307

^(**) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

30 Eventos subsequentes

Prorrogação do contrato de concessão

Em 06 de maio 2026, a Companhia celebrou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998-ANEEL, prorrogando sua vigência por 30 (trinta) anos, passando a ter término em 28 de julho de 2058. O referido aditivo promove a atualização das condições contratuais, incluindo disposições relacionadas às obrigações de qualidade e continuidade do serviço, à governança e à sustentabilidade econômico-financeira da concessão, bem como à definição de mecanismos de alocação de riscos e de atendimento a indicadores regulatórios. Com a renovação, em maio de 2026, haverá reclassificação do ativo financeiro da concessão para intangível coerente com a fundamentação legal de que houve extinção do direito de indenização e sua conversão em direito de exploração futura e o novo intangível da concessão deve iniciar sua amortização somente no início do novo período de concessão (julho de 2028).

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Marizio Martins da Costa

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Dorgival Soares da Silva

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso
Diretor

Ênio Cunha Leal
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA